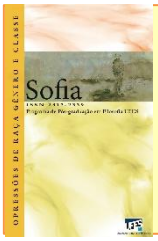
https://doi.org/10.47456/sofia.v15.i2.52565



SOFIA

SOFIA, VITÓRIA (ES), V. 15, N. 2, P. 01-24, e15252565 Nov/2026
ISSN:2317-2339

Cartografias da Violência Doméstica e de Gênero: quando a própria casa se apresenta como o lugar mais perigoso para uma mulher estar

Mapping Gender-based and Domestic Violence: when the home itself is the most dangerous place for a woman to be

Seção: Opressões de Raça Gênero e Classe

Autor(a): Claudia Pereira do Carmo Murta

ORCID: 0000-0002-1553-8028

Contato principal: cmurta@terra.com.br

Afiliação: Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.

Autor(a): Luísa Nascimento Nogueira Campos Fróes

ORCID: 0009-0005-5563-3264

E-mail: luisapsinogueira@gmail.com

Afiliação: Programa de Pós-graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade, Campus Tijuca, Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Como citar

MURTA, C.; NASCIMENTO NOGUEIRA CAMPOS FRÓES, L. Cartografias da violência doméstica: quando a própria casa se apresenta como o lugar mais perigoso para uma mulher estar. *Sofia*, Espírito Santo, Brasil, v. 15, n. 2, p. e15252565, 2026. DOI: https://doi.org/10.47456/sofia.v15.i2.52565 Disponível em: https://periodicos.ufes.br/sofia/article/view/52565 . Acesso em: 12 nov. 2026.

Recebido: 04/05/2026
Received: 04/05/2026
Aprovado: 12/11/2026
Approved: 12/11/2026
Publicado: 12/11/2026
Published: 12/11/2026

Resumo

O artigo analisa as ações do Atendimento Emergencial às Mulheres Vitimadas pelas Violências de Gênero durante a pandemia da COVID-19 (2020), fruto de uma parceria entre a COMVIDES/TJES, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e supervisão técnica do projeto de extensão da UFES (PARTHOS). Durante aproximadamente seis meses, psicólogas voluntárias realizaram atendimentos e encaminhamentos remotos via chamadas e WhatsApp. O objetivo do trabalho é analisar os dados qualitativos e a escuta clínica dessas mulheres, apresentando suas implicações para a filosofia feminista. Os resultados rastreiam os impactos da violência no período pandêmico, marcado pela subnotificação ou ausência de dados, além das consequências para o psiquismo das vítimas. A pesquisa indica que as violências de gênero são indissociáveis da opressão dos corpos femininos (ou feminizados). Em diálogo com estatísticas nacionais, a análise situa as experiências atendidas nas relações sociais que sustentam a violência de gênero e discute a importância das redes de acolhimento e proteção.

Palavras-chave: violência de gênero; pandemia da Covid-19; filosofia feminista.

Abstract

This article analyzes the activities of the Emergency Assistance Program for Women Victims of Gender-Based Violence during the COVID-19 pandemic (2020), which resulted from a partnership between COMVIDES/TJES, the Federal Council of Psychology (CFP), and technical supervision provided by the UFES extension project (PARTHOS). For approximately six months, volunteer psychologists provided remote counseling and referrals via phone calls and WhatsApp. The aim of this study is to analyze the qualitative data and clinical interviews with these women, highlighting their implications for feminist philosophy. The results trace the impacts of violence during the pandemic – a period marked by underreporting or a lack of data – as well as the consequences for the victims' mental health. The research indicates that gender-based violence is inseparable from the oppression of female (or feminized) bodies. In dialogue with national statistics, the analysis situates the experiences of the women assisted within the social relations that sustain gender-based violence and discusses the importance of support and protection networks.

Keywords: *gender-based violence; the COVID-19 pandemic; feminist philosophy.*

Copyright (c) 2026 Claudia Pereira do Carmo Murta; Luísa Nascimento Nogueira Campos Fróes – CC BY Attribution 4.0 International License. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License

Introdução

Este artigo remonta ao cenário da última crise sanitária de nível global, a pandemia de COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, entre os anos de 2019 e 2022. Rememora-se que, durante o período inicial da pandemia, apenas os serviços essenciais funcionaram de forma ativa, de modo que muitos equipamentos de atenção, acolhimento e proteção social estavam com suas atividades suspensas temporariamente, em função da gravidade sanitária e do alto risco de contágio.

No primeiro semestre de 2020, a pandemia se agravou: não havia qualquer imunizante capaz de deter a transmissão em massa do vírus que, naquele momento, tinha alta letalidade e riscos de sequelas graves para quem sobrevivesse. Para deter o contágio em massa, uma campanha de caráter popular e humanitário foi iniciada nas redes sociais, ganhou proporções globais e foi incorporada a ações governamentais em várias partes do mundo. O movimento "fica em casa" / "stay home" foi o apelo para a proteção das vidas humanas, para evitar que o vírus se alastrasse e, por consequência, mais mortes ocorressem, visto que, por um tempo, reduzir o contato entre as pessoas constituía uma medida central de prevenção. Se, por um lado, enquanto um apelo à vida, havia a intenção de prevenir mortes, essa convocação tomou outra direção, por uma via ambígua e paradoxal, quando mulheres vítimas de violências domésticas vivenciavam a ameaça mortífera na intimidade de suas casas, por parte de seus parceiros íntimos e potenciais agressores.

Vale recordar ainda que o país atravessou um contexto político agravado e complexo, em que se estabeleceu uma perseguição à ciência e às universidades. As políticas públicas se afundavam em um processo de boicote (Souza; Vencato; Monteiro, 2024). Houve omissão dos dados em diversos setores, por boicote e a tentativa de censura aos dados do IBGE 2019 (Whitacker, 2021). No contexto de pressões institucionais e interferências governamentais direcionadas à redução do escopo do Censo Demográfico, o sucateamento dos órgãos oficiais de estatística transcendeu a mera escassez de dados. Tal processo refletiu uma política de invisibilização sistêmica e ocultação deliberada da realidade social, comprometendo o diagnóstico preciso das dinâmicas populacionais e a soberania do conhecimento público sobre o próprio país.

A desinformação ditou a tônica governamental daquele momento, como medida de obstrução, que impedia o acesso às ações necessárias para proteger a vida das pessoas contra

o vírus mortal (Marques; Alves; Brasileiro, 2025). Assim, sob o pretexto de que os dados alarmavam a população, causavam mal-estar e atrapalhavam a economia do país (Araújo; Brandão, 2021), distorções informacionais eram manipuladas com o objetivo de enganar e incentivar o uso de medicamentos sem qualquer efeito sobre o vírus SARS-CoV-2. As intervenções apresentadas neste artigo ocorreram em um contexto de restrição dos serviços de saúde e proteção social, marcado também pela subnotificação das violências (Nogueira; Correia, 2023). Para as mulheres que conviviam com parceiros agressores, a permanência em casa podia ampliar a exposição à violência e dificultar o contato com pessoas e instituições às quais poderiam recorrer. A recomendação de proteção sanitária encontrava, assim, o limite das condições concretas de segurança no espaço doméstico.

A análise de Jules Falquet, em Pax neoliberalia: mulheres e reorganização global da violência (2022), oferece elementos para compreender essa situação. Ao examinar as aproximações entre violência doméstica e tortura, a autora destaca o isolamento, o controle do espaço e a dificuldade de intervenção de outras pessoas. A intimidade da habitação pode favorecer uma relação na qual os pedidos de ajuda sejam silenciados ou permaneçam sem resposta. Em suas palavras, trata-se de um lugar de onde os gritos raramente escapam pelo "fato de não ter lugar seguro para se refugiar" (Falquet, 2022, p. 53).

Durante o confinamento sanitário, a convivência com o agressor e as dificuldades de acesso às redes de apoio podiam intensificar essas condições. A contribuição de Falquet permite interrogar o que acontece quando o espaço destinado à proteção da vida se torna também um lugar de ameaça. É nesse contexto que se situa a experiência de atendimento às mulheres apresentada neste artigo.

Partindo desse fato, mais agravado ainda pelo confinamento relativo à pandemia, o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica, COMVIDES, em parceria com a ArcelorMittal, o Conselho Federal de Psicologia, CFP, e a Coordenação do Projeto de Pesquisa e Extensão PARTHOS da Universidade Federal do Espírito Santo, uniram forças, pois, no momento mais grave de crise sanitária global, havia "outra pandemia" que estava às sombras da primeira. Assim, um grupo de cinco psicólogas voluntárias realizou atendimentos, acolhimentos e encaminhamentos que se fizeram necessários, via chamadas telefônicas e WhatsApp.

A partir dessa experiência, o artigo analisa as relações entre dominação masculina, violência e condições de proteção das mulheres durante a pandemia de COVID-19. Os atendimentos oferecem elementos para discutir os efeitos subjetivos da violência, com atenção ao medo, à tristeza, à angústia e à culpa, e às condições sociais e subjetivas que interferem nas possibilidades de permanecer na relação, buscar apoio ou romper o vínculo com o agressor. A articulação entre essa experiência e as contribuições da filosofia feminista e da psicanálise orienta a investigação.

Metodologia

A pesquisa-ação articula intervenção clínica e investigação sobre a violência contra as mulheres, a partir dos atendimentos psicológicos emergenciais realizados durante a pandemia de COVID-19. Foram atendidas 170 mulheres, por chamadas telefônicas e WhatsApp, por uma equipe de cinco psicólogas voluntárias. Os atendimentos foram orientados pela escuta psicanalítica, em diálogo com o referencial filosófico sobre o feminino, o corpo e a subjetividade.

As primeiras entrevistas constituíram simultaneamente um espaço de acolhimento e de produção de dados para a pesquisa. Utilizou-se um roteiro que reunia informações sociodemográficas, o vínculo com o agressor, a duração e as modalidades de violência, o trabalho com o *Violentômetro* e a investigação dos afetos suscitados pelas experiências relatadas. Esse roteiro oferecia uma referência comum às psicólogas, preservando a escuta da história e das questões apresentadas por cada mulher.

O *Violentômetro* constituiu um instrumento central da primeira entrevista. Trata-se de uma ferramenta gráfica que organiza manifestações de violência em três níveis de intensidade crescente: nível 1, violência velada, com manifestações frequentemente naturalizadas; nível 2, intensificação das condutas de controle, intimidação e agressão; nível 3, violência extrema, com agressões graves e risco de feminicídio. Uma mesma mulher podia relatar manifestações de mais de um nível, consideradas conjuntamente na abordagem de sua situação.

Na primeira entrevista com cada mulher, a psicóloga percorria cada ponto do *Violentômetro*, apresentando a conduta descrita e perguntando sobre sua ocorrência na relação. A entrevistada podia reconhecer situações vividas, relatar episódios e falar sobre seus efeitos. O procedimento articulava entrevista e psicoeducação: as informações sobre as manifestações de violência eram acompanhadas pela escuta e pelo esclarecimento das

questões que surgiam na conversa. Nomear condutas de humilhação, controle, ameaça e agressão permitia discutir sua presença na vida conjugal e as necessidades de apoio e proteção.

A investigação dos afetos foi fundamentada na pesquisa apresentada em *Parthos: filosofia, psicanálise, saúde da mulher* (Murta, 2014). O livro articula o feminino, o corpo e a subjetividade e ofereceu referências para abordar os afetos na experiência das mulheres. Perguntava-se qual sentimento a situação vivida havia gerado. Os afetos descritos foram categorizados a partir dessa referência, com atenção às expressões utilizadas pelas próprias entrevistadas. Medo, tristeza, raiva, angústia e culpa orientaram a organização das respostas; os registros também incluíram vergonha, asco ou nojo e pena. Os agrupamentos de termos próximos foram preservados na apresentação dos resultados, sem atribuir às expressões relatadas o estatuto de diagnóstico clínico.

A comunicação dependia das condições de privacidade no momento da chamada. A presença do companheiro podia interromper a entrevista, exigindo sua suspensão e a retomada posterior, quando possível. Essas condições interferiam na continuidade dos contatos e no preenchimento do roteiro. Os registros incompletos foram considerados na análise, sem atribuir à ausência de informação uma causa subjetiva específica. As frequências das modalidades de violência e dos afetos descrevem os registros produzidos no atendimento, nos quais uma mesma mulher podia apresentar mais de uma manifestação.

A discussão incorpora também o relatório de iniciação científica de Martins (2021), elaborado sob orientação de Claudia Pereira do Carmo Murta, com entrevistas a sete psicólogas em um período mais amplo de funcionamento do serviço.

O documentário *Ato Final* (2023), dirigido por Roberta Fernandes, amplia a discussão das experiências de violência contra as mulheres no Espírito Santo. Sua produção situa-se entre os atendimentos de 2020 e os registros nacionais de 2025 apresentados pelo *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* de 2026. Os testemunhos públicos e as cenas foram analisados quanto ao controle, ao silenciamento, à busca de apoio e às formas de resistência, preservando a distinção entre os registros da pesquisa e o material audiovisual.

Os dados do Anuário permitem situar os resultados dos atendimentos no cenário nacional recente, evidenciando a persistência das formas de violência identificadas durante a pandemia. A aproximação considerou a identificação étnico-racial, o vínculo com o agressor,

a violência psicológica e o espaço doméstico. A análise articulou os resultados, os testemunhos do filme e a bibliografia, examinando a persistência das relações de dominação em momentos distintos.

1. Visão androcêntrica e violência

Nesta seção, propomos uma revisão de contribuições teóricas que oferecem elementos para pensar a subordinação das mulheres e a violência nas relações sociais. Partimos da análise da dominação masculina em Pierre Bourdieu e percorremos as elaborações de Silvia Federici, Lélia Gonzalez e Judith Butler, considerando a naturalização das hierarquias entre os sexos, a apropriação do trabalho e da reprodução, a articulação entre racismo e sexismo e a distribuição desigual das condições de proteção da vida. Esse percurso orienta nossa discussão sobre a visão androcêntrica e os mecanismos que sustentam a violência contra as mulheres.

O filósofo e sociólogo Pierre Bourdieu, em seu livro *A Dominação Masculina* (1998/2012), afirma que o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como "depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes" (p. 18). A ordem social se dá através de uma máquina simbólica que opera e ratifica a dominação constante da lógica masculinista. A força da ordem masculina está em dispensar justificação, apresentando as hierarquias sociais como consequências das diferenças corporais. A divisão do trabalho e a distribuição das posições de autoridade reforçam essa percepção. A dominação se reproduz por meio de esquemas incorporados na socialização, que orientam o reconhecimento dos lugares atribuídos aos homens e às mulheres e podem dificultar sua contestação. Desse modo, a construção da diferença entre os sexos, frequentemente naturalizada a partir da dimensão anatômica, é fundamentada por meio da divisão arbitrária do trabalho que organiza a ordem social.

O conceito de violência simbólica permite compreender como essa dominação se incorpora aos modos de perceber, sentir e agir. A incorporação desses esquemas expressa a eficácia da socialização e pode dificultar o reconhecimento da violência. Nesse processo, a abnegação, a resignação e o silêncio são apresentados como virtudes femininas. As mulheres são destinadas à preservação da moral familiar, ao cuidado com a prole e ao ambiente doméstico, enquanto aos homens são atribuídos os lugares de comando e autoridade. Por conseguinte, esse tipo de enquadramento busca domesticar as mulheres, em movimento de supressão que

se repete nas comunidades de *redpills*[1] e na "*machosfera*"[2]. A estrutura simbólica machista encontra sustentação material nas formas capitalistas de produção e reprodução social, visto que o capitalismo, por sua vez, ao demandar uma força de trabalho sempre disponível e silenciada das mulheres, depende desse suporte invisível: de quem cuida, alimenta e reproduz a vida sem remuneração nem reconhecimento.

Para a filósofa feminista, de tradição marxista, Silvia Federici, em seu livro *Calibã e a Bruxa*: *mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017), o poder patriarcal se consolidou por meio da exploração masculina do trabalho feminino e da função reprodutiva das mulheres. Por este motivo, a autora fundamenta seu pensamento em dois pilares: a acumulação primitiva e o corpo das mulheres. Em sua crítica, Federici examina como a formação das relações capitalistas reorganizou a divisão sexual do trabalho, restringiu a autonomia das mulheres e submeteu sua capacidade reprodutiva às exigências da acumulação. Em contraproposta, Federici (2017) nos apresenta a "bruxa", enquanto figura rebelde que seria a encarnação de um mundo de sujeitos femininos, que ameaçam o capitalismo.

Desse modo, enquanto inimigas da ordem vigente, elas deveriam ser destruídas quando não estavam subjugadas ao poder patriarcal, que se consolidou por meio da exploração masculina do trabalho e reprodução feminina. Federici (2017) permite problematizar a ideia de uma pretensão de universalidade que pode ocultar as diferenças históricas e as relações de poder que constituem as experiências dos sujeitos. Assim, é preciso considerar a especificidade da experiência histórica das mulheres e os mecanismos de dominação que incidem sobre os corpos feminizados, ampliando a análise das relações entre sexualidade, poder e alteridade feminina.

[1] São homens que se posicionam em oposição ao que consideram um "sistema pró-mulheres", acreditando que as mulheres carecem de lealdade e bom caráter em relação aos homens. No Brasil, o Movimento *Red Pill,* ganhou força e visibilidade nos primeiros meses de 2023, após o criador de conteúdo Thiago Schutz ameaçar de morte a atriz Lívia La Gatto, que satirizou o movimento nas redes sociais (Bezerra; Menezes, 2024).

[2] *Machosfera* se refere ao conjunto de sites, blogs e fóruns dedicados a uma visão de mundo que celebra a masculinidade tradicional e condena o feminismo como fonte de fraqueza ou subordinação masculina. Esse ecossistema digital se configura na masculinidade hegemônica tradicional, caracterizados por um alcance massivo e por impactos materiais concretos – ilustrados por episódios de violência extrema, como o tiroteio perpetrado por Elliot Rodger –, tais espaços funcionam como câmaras de eco que intensificam e legitimam o sexismo e a misoginia, em torno da doutrina da *redpill*. Essas comunidades virtuais incentivam a subjugação feminina e a coerção sexual, promovendo, inclusive, uma redefinição discursiva da agressão sexual voltada a normalizar e eximir de culpa as práticas coercitivas endossadas em suas redes (Vallerga; Zurbriggen, 2022).

Em *O ponto zero da revolução* (2019), Federici desenvolve uma crítica à desconsideração do trabalho reprodutivo nas análises do capitalismo. Alimentar, cuidar, limpar e sustentar cotidianamente a vida são atividades necessárias à reprodução da força de trabalho. Sua atribuição às mulheres como expressão de uma disposição natural para o cuidado contribui para ocultar seu caráter de trabalho. O reconhecimento moral da dedicação feminina pode conviver com a ausência de remuneração e com a restrição das condições de autonomia. O cuidado se torna uma obrigação cuja recusa pode ser recebida como falha pessoal, abandono ou ameaça à ordem familiar.

A contribuição de Federici situa a violência nas relações que organizam a produção e a reprodução da vida. A coerção sobre os corpos e a restrição das possibilidades de decisão podem sustentar a disponibilidade exigida das mulheres. A autora também questiona a ideia de que o desenvolvimento capitalista teria superado a violência característica de sua formação. Em seus termos, "cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva" (Federici, 2017, p. 27). Essa formulação permite interrogar a permanência e a renovação dos mecanismos de expropriação e controle.

A análise dessas relações exige considerar sua organização racial. Em *Por um feminismo afro-latino-americano (*2020), Lélia Gonzalez[3] examina como racismo e sexismo participam conjuntamente da subordinação das mulheres na sociedade brasileira. As figuras da "mãe preta", da trabalhadora doméstica e da "mulata" permitem discutir as relações entre cuidado, exploração do trabalho e sexualização das mulheres negras. Sua contribuição questiona a pretensa universalidade da categoria "mulher" e evidencia a exclusão das experiências de mulheres negras e indígenas do feminismo hegemônico.

No seu entender, são inegáveis as contribuições teórico-práticas do movimento feminista no protagonismo e na consolidação das lutas e conquistas das mulheres e demais alteridades. Confere-se à reflexão feminista um papel decisivo desempenhado ao desnudar os alicerces materiais e simbólicos do patriarcado capitalista. Não obstante, a autora adverte que "o mesmo não ocorreu diante de outro tipo de discriminação, tão grave quanto a sofrida pela mulher: a de caráter racial" (Gonzalez, 2020, p. 140). Sob essa perspectiva, tanto o sexismo quanto o racismo instrumentalizam marcadores biológicos para se constituírem como

[3] Lélia Gonzalez, filósofa, historiadora, antropóloga e ativista, além de ser uma das criadoras do Movimento Negro Unificado, foi participante do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, onde estudou psicanálise com M.D. Magno.

ideologias de dominação. Por fim, a autora denuncia que as mulheres não brancas são definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que as infantiliza. Ao lhes impor uma posição inferior na hierarquia social com base no sexo e na raça, esse sistema suprime sua humanidade e lhes nega o direito de serem sujeitos de seu próprio discurso e de sua história (Gonzalez, 2020, p. 141).

Judith Butler permite desenvolver essa discussão a partir da condição de vulnerabilidade e interdependência das vidas humanas. Em *A força da não violência* (2021), a autora questiona a ideia de um sujeito capaz de assegurar sozinho sua existência. Desde o nascimento, a continuidade da vida depende de outros corpos, de cuidados, de instituições e de condições materiais. Alimentação, abrigo, saúde e possibilidades de circulação pertencem a essa rede de sustentação. A vulnerabilidade se inscreve nessa dependência e na exposição às ações dos outros, permanecendo ao longo da vida.

Essa condição compartilhada assume consequências desiguais. As relações de poder distribuem de maneira distinta os recursos de sustentação da vida e as possibilidades de proteção. Para as mulheres em situação de violência, a existência de uma rede de apoio, o acesso à renda, a possibilidade de encontrar abrigo e o reconhecimento de sua palavra interferem nas condições concretas de enfrentamento da agressão. A vulnerabilidade precisa ser compreendida nessas relações, nas quais pode ser intensificada pela precariedade material, pelo isolamento e pela recusa institucional de cuidado. Sua apresentação como uma fragilidade própria das mulheres encobre as condições sociais que ampliam sua exposição à violência.

Butler também permite examinar os critérios pelos quais algumas vidas recebem reconhecimento e proteção. A condição de uma vida ser passível de luto, expressão exaustivamente trabalhada em seu léxico, diz respeito ao valor que lhe é atribuído enquanto está viva e às medidas tomadas para preservar sua continuidade. Essa perspectiva nos leva a interrogar como a violência contra as mulheres é reconhecida e quais respostas ela recebe. Quando a agressão é justificada pela conduta, pelas escolhas ou pela sexualidade da mulher, sua reivindicação de proteção fica submetida a um julgamento sobre o lugar que ela deveria ocupar. A desqualificação de sua palavra pode prolongar os efeitos da violência e comprometer o acesso aos recursos necessários para enfrentá-la.

A percepção da vulnerabilidade do outro coloca uma questão ética e política. A exposição de uma pessoa pode convocar cuidado e responsabilidade, assim como pode ser explorada por

quem procura dominá-la. A responsabilidade pelo ato violento permanece com o agressor. O enfrentamento da violência exige condições que sustentem a vida e acolham a palavra de quem foi atingido, preservando suas decisões. Nessa perspectiva, a vulnerabilidade também participa das relações em que se constroem resistência, alianças e reivindicações coletivas. A escuta e o cuidado integram esse processo quando oferecem apoio para que a pessoa possa falar, decidir e participar das ações que dizem respeito à sua vida.

As contribuições desses autores permitem examinar mecanismos distintos que se articulam na manutenção da ordem androcêntrica. A violência simbólica atua na incorporação das hierarquias; a coerção sobre o trabalho e a reprodução restringe a autonomia; o racismo organiza posições desiguais de exploração e reconhecimento; a distribuição dos recursos de proteção interfere nas possibilidades de enfrentar a agressão. Essas relações podem se sustentar reciprocamente, tornando a violência tolerável ou justificável para aqueles que reconhecem como legítima a autoridade masculina sobre as mulheres.

A autonomia das mulheres confronta essa organização ao colocar em questão o controle sobre seus corpos, seu trabalho e suas escolhas. Esse confronto conduz à pergunta que orienta a próxima seção: como a presença e o desejo das mulheres podem adquirir um caráter ameaçador para aqueles que procuram submetê-las a lugares previamente definidos? O conceito freudiano de *unheimlich*, desenvolvido no ensaio de 1919, será mobilizado para investigar a relação entre o familiar e o estranho e sua possível articulação com essa hostilidade. Trata-se de examinar como algo intimamente próximo pode adquirir uma forma inquietante e quais elementos essa experiência oferece para pensar a alteridade feminina e as tentativas de controlá-la.

2. A mulher na cultura: uma figuração do infamiliar?

O ensaio freudiano *Das Unheimliche* (1919) apresenta dificuldades de tradução para a língua portuguesa, sendo conhecido como "O estranho", "O inquietante" e, mais recentemente, "O infamiliar". Essa variedade acompanha a questão examinada por Freud: a relação entre aquilo que pertence à intimidade e o que provoca estranheza. Em sua investigação dos sentidos de *heimlich*, o autor encontra tanto o familiar e acolhedor quanto o reservado, secreto e oculto. O desenvolvimento desses sentidos aproxima a palavra de seu aparente oposto, *unheimlich*, colocando em questão a separação entre o familiar e o estranho (Freud, 1919/2019).

Freud retoma a formulação de Schelling segundo a qual o *unheimlich* designa aquilo que deveria ter permanecido secreto e oculto, mas veio à luz. A experiência do infamiliar pode envolver o retorno de conteúdos que se tornaram estranhos ao sujeito por efeito do recalque. Aquilo que inquieta guarda, nesse caso, uma relação com sua própria história. Ao longo do ensaio, Freud também examina situações em que crenças consideradas superadas parecem encontrar confirmação. Essas diferentes vias orientam a investigação das condições em que algo conhecido adquire um caráter ameaçador.

Essa questão oferece uma possibilidade de leitura das experiências das mulheres atendidas durante a pandemia. A recomendação de permanecer em casa pressupunha um espaço em que a vida pudesse ser protegida. Para aquelas que conviviam com parceiros agressores, o ambiente doméstico reunia intimidade e ameaça. O isolamento sanitário intensificava a convivência e dificultava o acesso às pessoas e aos serviços aos quais poderiam recorrer. A violência podia anteceder a pandemia, encontrando no confinamento condições para sua continuidade ou agravamento.

O parceiro com quem se compartilhavam a casa, os cuidados e a vida amorosa podia ser também aquele que humilhava, controlava e agredia. A proximidade afetiva coexistia com o medo. A aproximação com o *unheimlich* parte dessa perturbação do familiar e exige atenção à história de cada relação. A convivência entre intimidade e perigo oferece uma questão para a investigação, cuja elaboração depende da escuta do que cada mulher pôde dizer sobre sua experiência.

A violência vivida nesse espaço conduz também à discussão das representações que sustentam o controle sobre as mulheres. Passamos da ameaça presente na relação amorosa à produção cultural do feminino como algo ameaçador. São posições distintas: por um lado, a mulher que teme a agressão do parceiro e, por outro, aquele que encontra no desejo e na autonomia dela uma ameaça à sua autoridade. A articulação entre essas posições permite interrogar as justificativas mobilizadas para a dominação. A figura de Medusa oferece elementos para desenvolver essa segunda direção.

Em *A morte nos olhos: figurações do outro na Grécia Antiga* (1988), Jean-Pierre Vernant examina Gorgó como uma figura da alteridade extrema. Seu rosto confronta aquele que o olha com a morte e com aquilo que escapa às formas habituais de reconhecimento. O encontro com seu olhar transforma o ser vivo em pedra, retirando-lhe o movimento e a possibilidade de

ver a luz. A máscara de Gorgó ocupa, assim, um lugar nas fronteiras pelas quais os gregos distinguiam o humano, o familiar e aquilo que ameaçava essa ordem.

A alteridade examinada por Vernant tem uma função própria e precisa ser distinguida do infamiliar freudiano. Sua contribuição interessa aqui pela figuração do horror em um rosto feminino. Na leitura proposta neste artigo, a imagem de Medusa suscita uma pergunta: o que esse olhar ameaçador revela sobre aquele que o teme? A interpretação psicanalítica do mito e sua retomada pela crítica feminista oferecem caminhos diferentes para abordar essa questão.

Em *A cabeça de Medusa,* escrito em 1922 e publicado postumamente em 1940 (Freud, 1922/2013), Freud relaciona a decapitação à castração. O horror diante da cabeça de Medusa é interpretado a partir da visão dos genitais femininos, especialmente os maternos, significados sob a ameaça da perda do pênis. As serpentes que compõem sua cabeleira participam dessa interpretação como substitutos do órgão cuja ausência suscita o terror. A petrificação reúne o susto e uma resposta defensiva: o enrijecimento é associado à ereção, que asseguraria ao observador a posse do pênis.

Nessa interpretação, a imagem do corpo feminino é apreendida a partir da problemática da castração. O horror atribuído a Medusa remete à posição daquele que a olha e ao sentido que confere à diferença corporal. Essa formulação permite retomar a crítica à visão androcêntrica desenvolvida na seção anterior. Cabe interrogar em que medida a referência masculina orienta a representação do corpo feminino como falta e as consequências dessa leitura para a compreensão da sexualidade das mulheres.

Hélène Cixous retoma o mito em *O riso da Medusa* (1975/2022), deslocando a imagem da mulher aterrorizante. Ao afirmar que "a Medusa é bela e ri" (Cixous, 2022, p. 62), a autora contesta a representação que faz do feminino uma ameaça. Seu ensaio questiona uma tradição que ensinou as mulheres a temer e desvalorizar o próprio corpo e propõe a escrita como possibilidade de expressão de seus desejos e experiências. O riso de Medusa transforma a relação com a imagem que lhe havia sido atribuída e abre espaço para outra forma de apresentá-la.

A contribuição de Cixous permite perguntar quem fala sobre o corpo feminino e quais experiências encontram lugar nessa fala. As representações da mulher como perigosa, sedutora ou culpada podem participar de práticas que justificam a vigilância e a restrição de

sua autonomia. Essa relação precisa ser examinada nas situações em que tais representações são mobilizadas. Quando o desejo e as escolhas de uma mulher são recebidos como afronta à autoridade do parceiro, o controle pode ser reivindicado como um direito, e a agressão, justificada como punição por sua recusa à submissão.

A interpretação proposta considera que as representações culturais oferecem recursos para nomear, julgar e, por vezes, legitimar a violência. Seu enfrentamento envolve também a possibilidade de as mulheres falarem sobre o que vivem e questionarem os sentidos atribuídos a seus corpos e decisões. Essa dimensão aproxima a discussão de Cixous da experiência de escuta apresentada neste artigo, preservando a especificidade da escrita, do testemunho e da fala em atendimento.

Nas entrevistas, relatar a história da relação e nomear as agressões abria um espaço para a elaboração da experiência. O trabalho com o *Violentômetro* participava desse processo ao oferecer referências para reconhecer manifestações frequentemente naturalizadas na vida conjugal. A abordagem dos afetos permitia escutar como cada mulher havia sido atingida por essas situações. Reconhecer a violência, falar sobre seus efeitos e encontrar apoio compunham possibilidades de enfrentamento, dependentes também das condições materiais e institucionais de proteção.

O percurso entre Freud, Vernant e Cixous sustenta duas questões que orientam a análise. A primeira diz respeito à experiência de uma intimidade em que o vínculo amoroso coexiste com a ameaça. A segunda interroga o olhar que transforma o feminino em perigo e procura submetê-lo ao controle. Sua articulação permite investigar tanto o medo vivido pelas mulheres quanto as representações que oferecem justificativas para a dominação. É nessa relação entre a experiência singular e as condições sociais da violência que situamos a leitura dos atendimentos e das narrativas discutidas a seguir.

2.1 Evidências e resultados

Entre 7 de maio e 13 de outubro de 2020, o Programa de Atendimento Emergencial às Mulheres Vitimadas pelas Violências de Gênero atendeu 170 mulheres. Os acolhimentos e acompanhamentos foram realizados remotamente por cinco psicólogas voluntárias. A maioria chegou por encaminhamentos das delegacias especializadas; 14 procuraram o serviço por demanda espontânea ou pela divulgação em equipamentos institucionais e mídias digitais.

Entre as atendidas, 46 mantiveram acompanhamento contínuo ao longo do período. Outras recorreram a atendimentos emergenciais e pontuais.

A idade das mulheres variou entre 14 e 77 anos, com média de 37 anos. As faixas etárias com maior número de registros foram de 28 a 39 anos, com 45 mulheres, e de 40 a 50 anos, com 40. Quanto à identificação étnico-racial, 84 se autodeclararam pretas ou pardas, 29 brancas e uma indígena. Em 56 registros, essa informação estava ausente. A predominância de mulheres negras entre aquelas com informação disponível coloca em discussão as relações entre racismo, sexismo e condições de proteção, conforme a contribuição de Gonzalez (2020).

Os registros territoriais indicavam concentração dos atendimentos na Grande Vitória, com 111 casos nos municípios de Cariacica, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Vila Velha reunia 52 desses atendimentos. Havia ainda dois casos no interior do Espírito Santo e um fora do estado. Essas informações descrevem o alcance do programa nos registros disponíveis; sua distribuição depende também das vias de encaminhamento e das condições de acesso ao serviço.

As modalidades de violência registradas foram psicológica, em 100 casos; física, em 80; moral, em 37; patrimonial, em 20; e sexual, em oito. Uma mesma mulher podia relatar mais de uma modalidade. Em 95 registros, foi identificada a ocorrência de múltiplas formas de violência; em 14, apenas uma modalidade. Essa coexistência permite examinar como as agressões atingem o corpo, a vida psíquica, os vínculos sociais e as condições materiais. As práticas de humilhação e controle podiam acompanhar agressões físicas e restrições ao acesso a recursos.

O *Violentômetro* identificou manifestações dos três níveis de intensidade: 84 mulheres relataram situações do nível 1; 79, do nível 2; e 70, do nível 3. Como uma mesma mulher podia apresentar manifestações de mais de um nível, a soma ultrapassa o total de atendidas. O instrumento permitiu abordar desde condutas pouco reconhecidas como violência até ameaças à vida. Sua apresentação ponto a ponto articulou o levantamento das situações vividas ao trabalho psicoeducativo. A distribuição entre níveis descreve as manifestações identificadas; o desenvolvimento da violência ao longo do tempo exige a consideração da história de cada relação.

Na pesquisa realizada por Murta e Martins, apresentada no relatório de iniciação científica de Martins (2021), foram entrevistadas sete psicólogas em um período mais amplo de funcionamento do serviço. As profissionais destacaram a contribuição do *Violentômetro* para o reconhecimento de situações de violência que nem sempre eram relatadas espontaneamente nas entrevistas. Seus depoimentos ressaltaram a dimensão psicoeducativa do instrumento, especialmente diante de agressões psicológicas e morais que as mulheres tinham dificuldade de reconhecer como violência.

Os dados sobre duração mostram que cinco mulheres relataram situações de violência entre um dia e um mês; 22, entre dois meses e um ano; 22, entre dois e cinco anos; 15, entre seis e dez anos; e 27, por mais de dez anos. Também foram registradas respostas como "durante todo relacionamento" e "a vida toda". Essas expressões dão lugar à maneira como as mulheres situavam a violência em sua história, para além de uma delimitação em anos. A presença de relatos de longa duração evidencia que muitas experiências antecediam a emergência sanitária. A pandemia incidiu sobre relações nas quais o controle e as agressões já estavam presentes, intensificando essas formas de violência.

Quanto aos afetos, 36 mulheres relataram medo; 35, tristeza, melancolia ou depressão; 27, raiva ou ódio; 19, angústia; 18, culpa; e nove, vergonha. Também foram registradas expressões de asco ou nojo e pena. Os agrupamentos mantêm os termos das respostas, incluindo "depressão" como expressão relatada, sem equivaler a um diagnóstico. Essas frequências se referem aos registros disponíveis e comportam a presença de diferentes afetos na experiência de uma mesma mulher.

A retomada desses resultados explicita a contribuição da pesquisa sobre os afetos apresentada em *Parthos* (Murta, 2014). A pergunta sobre o sentimento gerado pela violência abria espaço para falar sobre seus efeitos. O medo, a tristeza, a raiva e a culpa precisavam ser escutados na história da relação e nas condições em que a mulher procurava ajuda. Essa abordagem articulava a produção dos registros ao acolhimento, permitindo que a identificação da agressão fosse acompanhada pela palavra sobre o sofrimento e pelas questões trazidas ao atendimento.

Quanto ao vínculo com o agressor, 62 mulheres identificaram ex-companheiros ou ex-namorados e 42 apontaram parceiros atuais. Havia também relatos envolvendo pais, em quatro casos; irmãos, em cinco; tio, em um; concunhado, em um; e motorista de aplicativo, em um. Os registros mostram a presença da violência em diferentes relações, com destaque

para a intimidade amorosa e familiar. A frequência de ex-parceiros indica a importância de sustentar a proteção após a separação, quando a interrupção do vínculo conjugal pode coexistir com a continuidade das agressões.

Os dados relativos à relação das mulheres com o agressor após as situações de violência e o acompanhamento pelas psicólogas do programa revelam diferentes percursos de ruptura ou manutenção do vínculo. Observa-se que 17 mulheres relataram a continuidade da relação com seus companheiros, o que pode indicar a presença de fatores estruturais e subjetivos que dificultam o rompimento, tais como dependência econômica, vínculos afetivos, medo de retaliação e ausência de redes de apoio.

Outras 73 participantes declararam ter se separado dos agressores, o que pode ser interpretado como um indicativo de mobilização de recursos internos e externos para interromper o ciclo de violência. Para 80 mulheres, essa informação estava ausente dos registros, o que limita a compreensão dos desfechos dessas relações e das condições em que ocorreram as separações ou a continuidade da convivência.

A aproximação com os indicadores nacionais posteriores permite discutir a atualidade da pesquisa. Entre as atendidas com informação étnico-racial disponível, 73,7% eram pretas ou pardas. No *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* de 2026, mulheres negras corresponderam a 65,1% das vítimas de feminicídio em 2025. A presença majoritária nos dois conjuntos, referentes a diferentes situações de violência, reforça a importância da articulação entre gênero, raça e condições de proteção (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026, p. 164).

Parceiros e ex-parceiros foram identificados nos relatos de 61,2% das atendidas, tomando como base o total de participantes. Nos feminicídios nacionais de 2025, essas relações corresponderam a 79,8% dos casos. Na pesquisa, ex-parceiros foram mencionados por 36,5% das atendidas, e parceiros atuais, por 24,7%; no levantamento nacional, os percentuais foram, respectivamente, 18,9% e 60,9%. A diferença na distribuição merece atenção: os ex-parceiros foram mais frequentes na experiência do serviço, enquanto os parceiros atuais predominaram nos feminicídios nacionais. A aproximação considera a incompletude dos registros locais e a diferença entre os universos, preservando a importância das relações íntimas nos dois levantamentos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026, p. 167).

A violência psicológica foi relatada por 58,8% das atendidas. No cenário nacional, a taxa de registros dessa modalidade aumentou 16,9% entre 2024 e 2025. O primeiro percentual

expressa a frequência entre as mulheres acolhidas; o segundo, a variação anual dos registros por população feminina. Esses indicadores permitem discutir a presença da violência psicológica na pesquisa e seu crescimento nos registros posteriores, sem tratá-los como medidas equivalentes (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026, p. 154).

O Anuário informa ainda que 62,5% dos feminicídios de 2025 ocorreram em residências. Esse indicador nacional dá atualidade à discussão do espaço doméstico como lugar de ameaça, central nos atendimentos durante o confinamento. Os registros do programa apresentados aqui identificam os vínculos com os agressores, sem quantificar o local das agressões. A aproximação situa a pesquisa em uma discussão mais ampla sobre intimidade e violência, cuja permanência ultrapassa o período da emergência sanitária (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026, p. 168–169).

Com Butler (2021), a busca por proteção pode ser pensada a partir da interdependência e das condições de sustentação da vida. A possibilidade de falar ganha alcance quando encontra pessoas e instituições capazes de acolher a demanda. O atendimento emergencial integrou essa rede em um período de restrições à circulação e ao funcionamento dos serviços. A experiência reuniu produção de conhecimento e cuidado, mantendo a atenção às condições singulares em que cada mulher procurava apoio.

3. Obra audiovisual "*Ato Final*", de Roberta Fernandes: jogos e tensionamentos de poder e violência

O documentário Ato Final (2023), dirigido por Roberta Fernandes e produzido no Espírito Santo, articula um plano-sequência de um ensaio teatral, com interpretação de atrizes e depoimentos de mulheres que sofreram violências e tentativas de feminicídio. Incorporado posteriormente à investigação, o filme acrescenta narrativas públicas às questões levantadas nos atendimentos. Sua produção situa-se entre a pesquisa de 2020 e os dados nacionais de 2025 publicados em 2026, permitindo discutir a persistência da violência em fontes e momentos distintos.

Os testemunhos de Norma, Camila, Liliene, Cristiane e Marciane apresentam histórias nas quais intimidade, medo e busca de proteção se entrelaçam. Ao torná-las públicas, as mulheres fazem sua palavra alcançar outras pessoas. A obra também convoca a memória das vítimas de feminicídio por meio de três atrizes que representam mulheres mortas em decorrência dessa violência. Os relatos e a encenação sustentam a análise do filme em sua própria

composição, oferecendo elementos para pensar a dominação e as possibilidades de resistência.

Nas primeiras cenas, as atrizes são convocadas a evocar sensações de prazer: chocolate, banho de mar e carnaval remetem à satisfação, à alegria e à liberdade. Essa expressão é abruptamente interrompida, introduzindo a ameaça. Surgem perguntas como "O que está por vir?", "Ele me ama?" e "Deixou roxo?". A sequência coloca em cena a tensão entre o vínculo amoroso e a agressão. As condutas de intimidação e controle podem ser aproximadas das manifestações abordadas no trabalho com o Violentômetro.

Em seguida, as atrizes aparecem diante do espelho. Um batom vermelho é oferecido para experimentação, enquanto uma voz off pergunta o que o objeto lhes traz e dirige suas ações. Embora o corpo masculino esteja ausente da imagem, o exercício do poder se faz presente na voz de comando. O susto provocado pela entonação agressiva interrompe a experiência de prazer, e a mulher representada passa a evitar aquilo que desagrada ao companheiro. A ordem de retirar o batom, o colar e o penteado encena uma renúncia progressiva à expressão de si. O corpo feminino se apresenta como território sobre o qual o outro pretende exercer posse, regulando sua aparência, seus desejos e sua liberdade.

Essa passagem do prazer ao constrangimento permite retomar a discussão do unheimlich: a intimidade amorosa, associada à confiança e ao acolhimento, passa a comportar ameaça e medo. A proximidade com o companheiro convive com a necessidade de antecipar suas reações e restringir os próprios gestos. O controle alcança experiências cotidianas e interfere nas possibilidades de a mulher reconhecer e expressar seus desejos.

Um dos depoimentos aborda a violência psicológica e a dificuldade de obter reconhecimento quando as agressões não deixam marcas visíveis no corpo. Na procura por ajuda, a mulher encontra também a exigência religiosa de preservar o casamento pelos filhos. O testemunho expõe uma aliança entre o discurso religioso e a dominação masculina, quando a responsabilidade pela continuidade da união recai sobre quem sofre a violência. A busca de acolhimento resulta em novas formas de culpabilização, reforçando o isolamento e a dificuldade de encontrar proteção.

Em outra sequência do ensaio teatral, um sapato é colocado no centro da relação entre o corpo da atriz e a voz que dirige seus movimentos. A voz atribui ao objeto a força que ela deveria tomar para si. Quando perde o sapato, a mulher encenada perde também a

sustentação para caminhar: seu corpo se arrasta e o movimento fica impedido. A cena dá forma corporal a uma relação em que a própria força parece depender de algo submetido ao comando do outro. Sua perda permite pensar o desamparo e a redução das possibilidades de agir e de fazer ouvir a própria voz.

A sequência retoma, por meio de outro objeto, o controle já encenado diante do espelho. O que está em questão é a relação da mulher com seu corpo e com os recursos que reconhece como seus. Essa leitura encontra ressonância nos afetos descritos durante os atendimentos, especialmente o medo, a angústia e a culpa, cuja escuta acompanhava o reconhecimento das violências vividas e das dificuldades de buscar apoio.

Ao comando que restringe os movimentos e procura silenciar, o filme articula a palavra das sobreviventes. Falar, denunciar e tornar pública a experiência vivida constituem formas de enfrentar uma violência que também se sustenta no isolamento. Nesse movimento, a aproximação com Antígona permite pensar a resistência de mulheres que desafiam uma ordem que pretende decidir sobre seus corpos e seus destinos. A resistência depende também das condições de escuta, acolhimento e proteção que tornam possível sustentar essa palavra.

O testemunho de Marciane acrescenta a experiência da violência após a separação. Ao iniciar outra relação amorosa, foi atacada pelo ex-companheiro, que lançou combustível sobre seu corpo e ateou fogo. A tentativa de feminicídio atingiu uma mulher que procurava decidir sobre sua vida e seus vínculos. Seu relato dá expressão à questão identificada na pesquisa, em que ex-parceiros apareciam com frequência entre os agressores. O término da relação pode ser acompanhado pela continuidade das ameaças e pelas tentativas de preservar o domínio sobre a ex-parceira.

Ao narrar o que viveu, Marciane transforma uma experiência de violência em denúncia pública, fazendo sua palavra alcançar outras mulheres. Nesse ponto, a análise pode retomar a leitura de Cixous (2022): a mulher fala e contesta as imagens pelas quais seu corpo e seu desejo foram definidos como ameaçadores. A aproximação com Medusa ganha sentido na disputa entre a representação do feminino como objeto de temor e a expressão das mulheres como sujeitos de sua história. A discussão de Butler (2021) acrescenta a responsabilidade coletiva pelas condições que permitem preservar a vida e sustentar a resistência.

A articulação entre a pesquisa, o filme e o Anuário permite discutir a persistência da violência nas relações íntimas em fontes produzidas em momentos distintos. O documentário

acrescenta aos registros dos atendimentos e aos indicadores nacionais os testemunhos públicos e a elaboração teatral dessas experiências. Em sua composição, corpo e palavra tornam perceptíveis tanto os efeitos da dominação quanto os movimentos pelos quais as mulheres procuram enfrentá-la.

Conclusão

A experiência de atendimento emergencial às 170 mulheres durante a pandemia de COVID-19 permitiu examinar como a violência atravessa as relações de intimidade e compromete as condições de proteção da vida. A recomendação de permanecer em casa encontrava um limite nas situações em que o parceiro ou ex-parceiro constituía uma ameaça. As dificuldades de privacidade, as interrupções das chamadas e a necessidade de retomar entrevistas fizeram parte do trabalho de acolhimento remoto.

O *Violentômetro*, percorrido ponto a ponto na primeira entrevista, articulou o reconhecimento das manifestações de violência à escuta da experiência de cada mulher. A abordagem dos afetos, orientada pela pesquisa apresentada em *Parthos*, permitiu registrar e discutir medo, tristeza, raiva, angústia, culpa e outros sentimentos. Os relatos de violência por muitos anos e expressões como "a vida toda" situam o sofrimento em histórias que antecediam a pandemia. A emergência sanitária incidiu sobre relações nas quais a dominação já se exercia, intensificando as formas de controle e agressão.

A aproximação com o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* de 2026 conferiu atualidade aos resultados de 2020. A participação majoritária de mulheres negras entre as atendidas com informação disponível e entre as vítimas nacionais de feminicídio, assim como a presença de parceiros e ex-parceiros entre os agressores, mostra a permanência de configurações de violência. As diferenças entre os universos e as proporções integram essa leitura. Na experiência do serviço, a frequência dos ex-parceiros destaca a necessidade de proteção após a separação.

Produzido em 2023, *Ato Final* ocupa uma posição temporal intermediária entre os atendimentos e os dados nacionais de 2025 publicados em 2026. Os testemunhos e as cenas acrescentam experiências de controle, silenciamento e busca de apoio à investigação. O relato de Marciane dá expressão à gravidade da violência dirigida à mulher que procura decidir sobre sua vida amorosa. A palavra pública das sobreviventes participa da resistência e convoca condições de escuta e proteção.

As contribuições da filosofia feminista situaram essas experiências nas relações sociais que sustentam a subordinação das mulheres. A discussão do *unheimlich* permitiu interrogar a intimidade atravessada pela ameaça; a leitura de Medusa e sua retomada por Cixous abriram uma investigação sobre o olhar que transforma o feminino em perigo. O percurso teórico acompanhou questões presentes nos atendimentos e nas narrativas do filme, considerando as relações entre corpo, desejo, autonomia e violência.

O enfrentamento dessas violências exige respostas articuladas entre saúde, assistência social, segurança e justiça. A procura por atendimento e a decisão de tornar pública uma história reclamam apoio para que a palavra encontre consequências de cuidado. A universidade pública e os projetos de extensão contribuíram para sustentar esse espaço durante a emergência sanitária. A continuidade do trabalho depende de redes que acolham as experiências das mulheres e respondam às suas necessidades de proteção e autonomia.

Referências Bibliográficas

ATO final. Direção: Roberta Fernandes. Produção: Roberta Fernandes; Rodrigo Cerqueira. Vitória: Andaluz Filmes, 2023. 1 filme (72 min).

ARAÚJO, Iara Soares de; BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra. Trabalho e renda no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil. *Revista Prâksis*, Novo Hamburgo, ano 18, n. 2, p. 96–111, maio/ago. 2021. Disponível em: https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/2545. Acesso em: 29 out. 2026.

BEZERRA, Josinaldo Alves; MENEZES, Camilla Karoline Rêgo de. Misoginia na era digital: explorando o movimento Red Pill e os desafios legais do combate à misoginia online no Brasil. *Direitos Humanos e Transdisciplinaridade*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 170–186, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/dht/article/view/70700. Acesso em: 29 out. 2026.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. *A força da não violência: um vínculo ético-político*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CIXOUS, Hélène. *O riso da Medusa*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Tribunal de Justiça. Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. *Violentômetro: tome uma atitude antes que seja tarde demais*. Vitória: TJES. Disponível em: https://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/Violentometro_Panfleto-A5.pdf. Acesso em: 4 maio 2026.

FALQUET, Jules. *Pax neoliberalia: mulheres e reorganização global da violência*. São Paulo: Sobinfluencia, 2022.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2026*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/305. Acesso em: 29 out. 2026.

FREUD, Sigmund. A cabeça de Medusa. Tradução de Ernani Chaves. *Clínica & Cultura*, v. 2, n. 2, p. 91–93, jul./dez. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/clinicaecultura/article/view/1938. Acesso em: 29 out. 2026.

FREUD, Sigmund. O infamiliar (Das Unheimliche). In: FREUD, Sigmund. *O infamiliar [Das Unheimliche], seguido de O homem da areia, de E. T. A. Hoffmann*. Tradução de Ernani Chaves e Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 27–125.

GOMES, Maria Auxiliadora de Sousa Mendes; MASSARI, Maria Teresa Rossetti; DIAS, Marcos Augusto Bastos. Ciência, redução de desigualdades e promoção de direitos no enfrentamento das ameaças para a vida de mulheres e crianças. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Centro de Relações Internacionais em Saúde. *Cadernos CRIS/FIOCRUZ: informe sobre saúde global e diplomacia da saúde*, n. 3/2022. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. p. 40–47. Disponível em: https://outraspalavras.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/media/2022/03/Cadernos-Cris-Fiocruz-Informe-3-22-sobre-Saude-Global-e-Diplomacia-da-Saude.pdf. Acesso em: 20 out. 2026.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 139–150.

MACHADO, Cristiani Vieira; LIMA, Luciana Dias de. Políticas de saúde no Brasil (2016-2022): neoliberalismo, pandemia e ameaças ao Sistema Único de Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, supl. 1, e00228525, 2026. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/HCKG5ZRdWPcF7GJp5Fkhb8H/?lang=pt. Acesso em: 29 out. 2026.

MARQUES, Juliana Ferreira; ALVES, Edvaldo Carvalho; BRASILEIRO, Fellipe Sá. Práticas de desinformação do presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19. *Revista Comunicação Midiática*, Bauru, v. 19, n. 1, p. 77–92, 2025. Disponível em: https://comunicacaomidiatica.faac.unesp.br/index.php/CM/article/view/611. Acesso em: 29 out. 2026.

MARTINS, Nathália Cravo Soares. *Violência contra a mulher em tempos de isolamento social: perspectivas psicológicas e territoriais*. Orientadora: Claudia Pereira do Carmo Murta. 2021. Relatório final de iniciação científica (Edital Piic 2020/2021) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

MURTA, Claudia (org.). *Parthos: filosofia, psicanálise, saúde da mulher*. Curitiba: CRV, 2014.

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva; CORREIA, Daniele. O SUS diante do capitalismo dependente brasileiro: do subfinanciamento crônico ao desfinanciamento

terminal. *Journal of Management & Primary Health Care*, v. 15, n. esp., e011, 2023. Disponível em: https://jmphc.emnuvens.com.br/jmphc/article/view/1325. Acesso em: 29 out. 2026.

SOUZA, Érica Renata de; VENCATO, Anna Paula; MONTEIRO, Marko Synésio Alves. Gênero, educação e ciência em um campo minado: reflexões feministas em tempos de cruzadas antigênero. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; HENNING, Carlos Eduardo (org.). *Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo*. Goiânia: Cegraf UFG, 2024. p. 137–162. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/570511_00160120.pdf. Acesso em: 20 out. 2026.

VALLERGA, Michael; ZURBRIGGEN, Eileen L. Hegemonic masculinities in the "Manosphere": a thematic analysis of beliefs about men and women on The Red Pill and Incel. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, v. 22, n. 2, p. 602–625, 2022. Disponível em: https://spssi.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/asap.12308. Acesso em: 29 out. 2026.

VERNANT, Jean-Pierre. *A morte nos olhos: figurações do outro na Grécia Antiga*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

WHITACKER, Arthur Magon. Por que há um boicote ao Censo e ao IBGE no governo Bolsonaro. *Jornal da Unesp*, 6 maio 2021. Disponível em: https://jornal.unesp.br/2021/05/06/por-que-ha-um-boicote-ao-censo-e-ao-ibge-no-governo-bolsonaro/. Acesso em: 29 out. 2026.

Metadados Da Submissão

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

As autoras assumem responsabilidade por todos os aspectos deste artigo, conforme a taxonomia CRediT (Contributor Roles Taxonomy).

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, à ArcelorMittal, ao Conselho Federal de Psicologia, às psicólogas voluntárias e ao Projeto de Pesquisa e Extensão PARTHOS da Universidade Federal do Espírito Santo pela participação na realização do atendimento emergencial às mulheres em situação de violência durante a pandemia de COVID-19.

As autoras agradecem às pareceristas anônimas pelas contribuições e sugestões que aprimoraram a versão final deste artigo.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho não recebeu financiamento de nenhuma agência de fomento.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

As autoras utilizaram as ferramentas NotebookLM e ChatGPT como apoio à revisão de linguagem, à organização e à reformulação de trechos do manuscrito. O conteúdo foi revisto pelas autoras, que assumem responsabilidade pela versão final.

INFORMAÇÃO SOBRE APROVAÇÃO ÉTICA

A pesquisa realizada por Claudia Pereira do Carmo Murta e Nathália Cravo Soares Martins, com entrevistas às psicólogas do serviço, foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFES, Campus Goiabeiras, sob o CAAE 46264421.7.0000.5542 e parecer nº 4.829.673, em 6 de julho de 2021.

CONFLITO DE INTERESSES

As autoras declaram não haver conflito de interesses relacionado à publicação deste artigo.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

Os registros individuais dos atendimentos não estão disponíveis publicamente, em razão de seu caráter confidencial. Os resultados agregados utilizados na análise são apresentados no artigo.

LICENÇA DE USO

Copyright © 2026 Claudia Pereira do Carmo Murta; Luísa Nascimento Nogueira Campos Fróes. Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

- **Texto completo:** CC BY 4.0. Uso gratuito com obrigação de reconhecer autoria e publicação original nesta revista.
- **Metadados:** CC0 1.0 Universal (Domínio Público) – livre uso, inclusive para fins comerciais.

EDITORA

Universidade Federal do Espírito Santo. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade das pessoas autoras, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.
https://periodicos.ufes.br/index/index

EDITORES

Editor-chefe: Jorge Luiz Viesenteiner 0000-0003-3727-7890

Editor/*ad hoc*: Maria Cristina Longo Cardoso Dias 0000-0003-1007-2449

Editor/*ad hoc*: Cassiana Stephan 0000-0003-2687-1202

Editoração e revisão: Lucas Souza de Freitas 0000-0003-2305-6923

CLAUDIA PEREIRA DO CARMO MURTA

Psicóloga formada pela UFES (1989), Mestre em Filosofia pela UFMG (1992), Mestre em Filosofia pela Université de Paris VIII (1993), Doutora em Filosofia pela Université de Paris VIII (1998) Pós-doutora em Filosofia na UFSCar (2011), na École Normale Supérieure de Lyon (2012), e na PUCPR (2023). Professora Titular da UFES. Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão PARTHOS. Membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos do ES, CEDH-ES (2019-2029). Psicanalista, Membro da Escola Brasileira de Psicanálise, EBP-AMP. Experiência em Filosofia e Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: filosofia e psicanálise, amor, corpo, paixões, saúde da mulher e enfrentamento à violência contra a mulher.

LUÍSA NASCIMENTO NOGUEIRA CAMPOS FRÓES

Psicóloga (2006) e psicanalista, especialista em Musicoterapia (2013), Filosofia e Psicanálise (2019). Mestre em Psicanálise, Saúde e Sociedade (2022). Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida. Pesquisadora e membro do Grupo Corpo e Finitude do Instituto Nacional do Câncer (INCA/Rio de Janeiro) – Centro Português de Psicanálise (CPP/Portugal) – *Association Lacanienne Internationale* (ALI/França).

Os textos deste artigo foram revisados por terceiros e submetidos para validação das autoras antes da publicação